



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Infância.

TRABALHO EM REDE: PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DURANTE O FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS (AM)

Marineide Nunes Rocha¹

Resumo: O presente trabalho faz uma discussão acerca do trabalho interdisciplinar desempenhado pela rede de proteção à criança e ao adolescente no município de Parintins (AM), durante o Festival Folclórico dos Bumbás Garantido e Caprichoso. Para a construção do trabalho, utilizou-se a revisão bibliográfica, a entrevista semiestruturada e a observação. Conclui-se que o trabalho realizado pela rede durante o festival folclórico é de suma importância tendo em vista os riscos aos quais crianças e adolescentes são expostas, como trabalho infantil e a exploração sexual devido à intensificação do turismo no município.

Palavras-Chave: Trabalho; Trabalho em Rede; Criança e Adolescente.

Abstract: This paper discusses the interdisciplinary work carried out by the network of child and adolescent protection in the municipality of Parintins-AM, during the Folkloric Festival of Bumbás Garantido e Caprichoso. For the construction of the work, the bibliographical review, semi-structured interview and observation were used. It is concluded that the work done by the network during the festival folklore is of paramount importance in view of the risks to which children and adolescents are exposed, such as child labor and sexual exploitation due to the intensification of tourism in the municipality.

Keywords: Work; Networking; Child and teenager.

I. INTRODUÇÃO

As diversas transformações pelas quais a sociedade como um todo tem vivenciado ao longo da história e, conseqüentemente o trabalho, tem despertado pesquisadores que residentes em contextos diversos imprimem esforços para compreenderem essa categoria no contexto ao qual estão inseridos. Neste trabalho propõe-se desenvolver uma discussão acerca de uma forma de gestão do trabalho, o trabalho em rede. Trata-se de uma estratégia que conjuga diferentes profissionais, com diferentes formações a desempenharem ações, que articuladas, podem potencializar os instrumentos disponíveis e promover melhores resultados, como o enfrentamento às diferentes formas de violação dos direitos de crianças e adolescentes no período do Festival Folclórico de Parintins.

¹ Profissional de Serviço Social, Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas, E-mail: marineide_nunes08@hotmail.com.

II. TRABALHO NUMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR

O trabalho é o principal motor da economia, é a atividade que gera riqueza, e sua forma de organização influencia diretamente a maneira de organizar a vida em sociedade, contribui direta e indiretamente com a construção de valores que orienta o modo de ser dos homens e da sociedade como um todo.

Na perspectiva marxista, o trabalho refere-se à ação do homem sobre a natureza, transformando-a naquilo que satisfaça suas necessidades. Nesse processo, o homem passa por transformações e, à medida que essa intervenção na natureza vai sendo intensificada e aperfeiçoada, esse mesmo processo é vivenciado pelo o homem.

Dentro dessa abordagem, afirma-se que é pelo trabalho que o homem se diferencia de outros animais. Não se pode negar que certas espécies de animais desempenham atividades que se assemelham com as desenvolvidas pelo homem. Entretanto, a diferença está em que os outros animais realizam atividades orientadas por necessidades biológicas, algo determinado por uma herança genética, sem pensar, planejar e refletir sua ação. Enquanto que os homens, antes de realizarem qualquer atividade, primeiramente a processam em suas mentes, planejam, arquitetam como fazer para alcançar certos objetivos. Ao final do processo de trabalho ter-se-á um resultado que já no início existiu na imaginação do trabalhador (NETTO; BRAZ, 2008).

Ao longo da história, o trabalho passou por inúmeras mudanças, na sociedade capitalista, o trabalho assalariado ganhou certo realce, sendo uma das condições necessárias para a reprodução das relações sociais orientadas por princípios que justificam e legitimam o modo de produção capitalista. Torres (2012, p. 197), sinaliza “que a história é feita por homens e mulheres que interferem no processo histórico pelo seu trabalho e podem, dessa forma, transformar a sociedade, buscando alterar o seu modo de produção”.

Para Weber (1996), alguns ideais protestantes, especialmente a valorização do trabalho e a teoria da Predestinação de Calvino, contribuíram diretamente com o desenvolvimento do capitalismo em alguns países. Assim, teríamos um casamento perfeito entre as ideias capitalistas baseadas no empreendedorismo e a ética protestante orientada pelo trabalho disciplinado, dando ao trabalho um lugar central.

Hannah Arent (1999), também discutindo o trabalho, sugere uma classificação fazendo a diferença entre trabalho, labor e ação. Para a autora as três ações influenciam diretamente a existência humana. O labor refere-se a processos relacionados às questões biológicas, suas ações voltam-se para o suprimento de necessidades vitais que permitem a reprodução e manutenção da vida. O trabalho volta-se para a criação de objetos e coisas que estão na superficialidade da vida humana, não é determinante para o atendimento de necessidades vitais. A ação diz respeito às relações estabelecidas entre os homens, sem a

mediação de coisas ou mesmo da matéria, é estabelecida mediante a própria condição humana, baseada na pluralidade que a humanidade possui por isso a necessidade da política para reger os relacionamentos, pois apesar de pertencermos à mesma espécie, temos valores que orientam concepções diversas.

Discutindo a economia, que tem como base o trabalho, Capra (1982) ressalta que é preciso reavaliar a economia tendo como objetivo promover profundas mudanças no sistema de valores. Para o autor, a economia deve dialogar com outras ciências como a biologia, psicologia, filosofia política e muitas outras ciências humanas, instaurando uma estrutura ecológica. Se isso não for feito, a economia não sobreviverá como ciência. Tal discussão mostra a necessidade de pensarmos os fenômenos da realidade, como por exemplo, o trabalho, a partir de uma abordagem interdisciplinar.

Mioto e Magini (2009) ressaltam que a interdisciplinaridade vem sendo discutida desde a década de 1970, despertando o interesse de intelectuais e empresários, sendo também veiculada na esfera do trabalho. As discussões em torno da interdisciplinaridade ganham mais visibilidade com o surgimento de dois elementos: os conflitos que eclodem nas universidades no final dos anos 1960, fruto de movimentos estudantis inconformados com as formas de organização do ensino e a crise do sistema do capital na década de 1970.

A crise econômica vivenciada pelo capital na década de 1970 leva grandes empresas e grupos econômicos hegemônicos a repensarem suas formas de organizar a produção, racionalizando os custos e intensificando o controle de qualidade sobre os produtos. Esse processo é intensificado com o avanço da tecnologia, a introdução de novas técnicas de gestão organizacional e pelo modelo Toyota. Nesse modelo, “a polivalência e a multifuncionalidade são condições básicas para facilitar as inovações, assegurar a produtividade e a rentabilidade. Dessa forma, o trabalho em equipe passa a ser valorizado” (MIOTO; MAGINI, 2009, p. 211). Assim os trabalhadores são induzidos a aumentar a produtividade trabalhando individualmente ou em equipe. É nesse processo que passam a surgir pesquisas voltadas para a interdisciplinaridade no âmbito científico e da produção.

Antunes (2005) sinaliza que o trabalhador interdisciplinar é aquele que possui iniciativa, sempre busca inovar suas práticas. Esse apelo à interdisciplinaridade procura incutir na subjetividade dos trabalhadores que sem a cooperação não se tem produtividade. Nesse processo, a interdisciplinaridade se apresenta como um conjunto de elementos combinando práticas e discursos aplicáveis ao mundo do trabalho. O trabalhador que não carrega consigo esse perfil interdisciplinar, somado à falta de continuidade a formação, qualificação, experiência e competências torna-se um trabalhador que terá dificuldades de ser inserido no mercado de trabalho. Assim, transfere-se para o trabalhador a culpa por não possuir o perfil requisitado pelo mercado de trabalho, justificando, desse modo, a crise/carência de postos de trabalho.

Pereira, com base em Japiassu (1976), sinaliza que a interdisciplinaridade surgiu de certa “patologia do saber” ou uma “alienação científica”, em outras palavras, emerge da carência no âmbito do conhecimento provocado pela intensa especialização e pelo desenvolvimento autônomo de certas áreas do conhecimento. Nesse contexto, a interdisciplinaridade aparece como “uma estratégia de aglutinar saberes desconexos e interdependentes” (s/d, p. 7).

É dentro dessa proposta, de trabalho interdisciplinar que a rede de proteção à criança e ao adolescente trabalha. Não nos referimos ao trabalho de chão de fábrica, orientado por um modelo de produção, Mas a uma forma de gerir o trabalho de diferentes profissionais que desempenham suas atribuições através das políticas sociais ou instituições filantrópicas e etc. Essa nova forma de trabalho surge no contexto pós-Constituição de 1988, tendo como marco a elevação da Assistência Social à condição de política pública e sua regulamentação através da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

Sérgio e Guará (2010) afirmam que:

A rede de proteção à criança e ao adolescente refere-se àquela que articula intencionalmente pessoas e grupos humanos, sobretudo como uma estratégia organizativa que ajuda os atores e agentes sociais a potencializarem suas iniciativas para promover o desenvolvimento pessoal e social de crianças, adolescentes e famílias nas políticas sociais públicas (p. 15).

O objetivo fundamental das redes locais de atenção à criança e ao adolescente é contribuir para o fortalecimento dos princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica da Assistência Social e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao contrário da atuação verticalizada, característica de várias instituições, o trabalho em rede se revela como um processo dinâmico, facilitando a construção de vínculos horizontais e interdependentes, tendo por finalidade a complementaridade das ações que visam garantir os direitos do público infantojuvenil.

Pauta-se numa política de atendimento que integra “ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios” (ECA, art. 86). Assim, o trabalho em rede pode ser vislumbrado como uma ação que rompe com os limites setoriais e institucionais, supera também, fronteiras municipais, estaduais e federais, ou mesmo internacionais, formando uma teia, que quanto mais articulada, mais eficaz se torna no combate a todas as formas de violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Eva Faleiros e Vicente Faleiros (2007) afirmam que as redes de proteção dos direitos de crianças e adolescentes estão fincadas no Sistema de Garantia de Direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, envolvendo múltiplos organismos de ordem governamental e não governamental, nos níveis municipal, estadual e federal.

Nesse sentido, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente visa à articulação e integração das diferentes esferas de governo e sociedade civil, com o objetivo de aplicar os instrumentos necessários para o funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual e Municipal.

É dentro dessa proposta de trabalho em rede que, em Parintins, durante as principais festas do município a rede de proteção à criança e ao adolescente tem suas ações intensificadas, mobilizando os diferentes sujeitos e instituições a formarem uma teia, somando esforços no sentido de prevenir toda e qualquer forma de violação de direitos do público infantojuvenil.

III. O TRABALHO INTERDISCIPLINAR REALIZADO PELA REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DURANTE O FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS

A cidade de Parintins, também conhecida como ilha tupinambarana, é a segunda maior cidade do Estado do Amazonas e tem como festa popular principal o Festival Folclórico dos Bumbás Garantido e Caprichoso que ocorre todos os anos no último final de semana do mês de junho. Seu maior contingente populacional concentra-se na faixa-etária de 10 a 14 anos, compreendendo 6.933 indivíduos do sexo masculino e 6.700 do sexo feminino (IBGE, 2010). Tal contingente mostra a necessidade de se pensar estratégias que visem dar condições de proteção e desenvolvimento pleno a esse público.

A festa dos bumbás é conhecida mundialmente e todos os anos atraí turistas de diversas regiões do país e do mundo. Durante o processo de preparação para as festividades, o município recebe investimentos do governo do estado e de patrocinadores, fato que intensifica as atividades econômicas desde os primeiros ensaios da festa dos bois até os três últimos dias do festival. Nesse período, é comum verificarmos diferentes estratégias de trabalho que o parintinense, juntamente com sua família, traça para aproveitar esse momento, como a venda de alimentos e bebidas, artesanatos, aluguel de suas casas e etc. Diante da intensificação das atividades econômicas por conta do festival folclórico, alguns riscos à violação de direitos do público infantojuvenil também são visíveis, como trabalho infantil, exploração sexual, dentre outros.

É dentro da proposta de garantia de direitos que, durante as festividades realizadas no município, a rede de proteção à criança e ao adolescente tem suas ações intensificadas com o objetivo de prevenir situações que possam colocar em risco crianças e adolescentes. Assim, durante as principais festas realizadas no município – Festival Folclórico, Carnailha (eventos realizados durante o carnaval), festas de final de ano, Festival Folclórico da comunidade do Mocambo, Festival de Verão da Comunidade do Caburi – as instituições que

compõem a rede no município se reúnem para pensar estratégias que possam inibir toda e qualquer ameaça aos direitos do público infantojuvenil.

Por conta dos limites de espaço deste trabalho, a discussão se limitará ao trabalho desenvolvido pela rede durante o Festival Folclórico de Parintins. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a observação, utilizada no processo de planejamento das ações e durante a última noite do festival de Parintins, período em que as ações desenvolvidas pela rede iniciaram às 18h e vão até a madrugada. Também se utilizou a entrevista semiestruturada dirigida a dois sujeitos, um presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e outro coordenador do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A escolha dos sujeitos se deu levando em consideração o critério de estes participarem ativamente do processo de planejamento e execução das ações da rede.

As atividades da rede de proteção à criança e ao adolescente a serem desenvolvidas durante o festival folclórico de Parintins, que duram três dias, iniciam geralmente com o processo de planejamento das ações, realização de reuniões envolvendo as áreas da Segurança Pública, Saúde, Assistência Social, Educação, Universidades, Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e entidades filantrópicas. Esse processo é organizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMASTH), com a participação direta de algumas instituições das áreas citadas. Importante destacar que as instituições que mais participam ativamente são o Conselho Tutelar, e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e os funcionários da SEMASTH. De acordo com os sujeitos da pesquisa, as ações a serem desenvolvidas pela rede sempre são centralizadas na SEMASTH.

Atualmente a instituição responsável é a SEMASTH, ela é responsável pela questão de logística, de infraestrutura, dando o suporte necessário ao CMDCA, ao Conselho Tutelar [...] Hoje quem mais tem feito parte dos trabalhos de organização é: a SEMASTH, o CMDCA e o Conselho Tutelar. A SEMASTH como um todo, envolve os programas também: CRAS, CREAS, o Serviço de Convivência, o Abrigo Institucional. [...] (PESQUISA DE CAMPO, ENTREVISTADO II).

[...] Aí a gente tem uma dificuldade muito grande, é uma crítica construtiva para o município que é a participação efetiva das instituições. Como eu te falei, tendem a direcionar as atribuições para a Assistência Social. Nós temos dificuldades em mobilizar esses atores. Por exemplo, o judiciário, o juizado da infância e juventude. [...] Esporadicamente nos temos a participação deles. Outras instituições também como a educação, saúde (PESQUISA DE CAMPO, ENTREVISTADO I).

É notória a frustração dos sujeitos da pesquisa quanto à dificuldade em mobilizar instituições para que participem ativamente das ações da rede de proteção, ficando a responsabilidade mais centralizada à secretaria de Assistência Social, Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA).

Tal realidade pôde ser constada através das observações realizadas durante a última noite do festival folclórico de Parintins, no ano de 2015. A equipe escalada era composta em sua maioria por funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social: uma Assistente Social, uma psicóloga, o coordenador do CREAS, alguns funcionários do setor administrativo, dois motoristas e dois profissionais de serviços gerais. Além destes, a equipe também contou com dois conselheiros tutelares, quatro alunos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), uma aluna de pós-graduação e alguns candidatos a conselheiros tutelares. As duas conselheiras tutelares ficaram no espaço interno do bumbódromo² para fiscalizarem a entrada de crianças³. O espaço de concentração da equipe também foi cedido pela secretaria de assistência, local onde funciona a SEMASTH.

Para maior cobertura dos principais locais de circulação de pessoas, a equipe foi dividida em duas, tendo em vista dar conta de duas das principais áreas de concentração de pessoas: aos arredores do bumbódromo (local que possui uma praça denominada “Praça dos Bois”, com intensa movimentação de pessoas, vários bares e restaurantes) e as proximidades da Catedral⁴ (também comporta uma das maiores praças do município onde há concentração de bares, vendedores ambulantes de bebidas e comidas, local com carros de som, com intensa circulação de pessoas).

As equipes executaram seus trabalhos em três turnos: o primeiro iniciou às 19 horas e finalizou às 21 horas; o segundo teve início às 22 horas e teve seu fim às 00 horas; e o último turno iniciou por volta das 01h00min da madrugada com finalização mais ou menos às 03 horas da madrugada.

As situações mais frequentes observadas durante a última noite do festival foram: trabalho infantil (venda de banana frita, bebidas alcoólicas e comidas e crianças recolhendo latinhas), adolescentes ingerindo álcool, bebês de colo – alguns com poucos meses de vida – em bares, com som muito alto, adolescentes do sexo feminino em situações que as deixavam vulneráveis a exploração sexual, adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis em ambientes abertos de festas, crianças perdidas dos pais, dentre outras situações.

Em relação às dificuldades enfrentadas pela rede durante as festividades do festival folclórico, os entrevistados declaram que:

² Dá-se o nome de Bumbódromo ao espaço onde ocorre as apresentações do Festival Folclórico de Parintins que possui o formato da cabeça de um boi.

³ A portaria de Nº 002/2015, expedida pelo juiz de Direito da Infância e Juventude Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues, disciplina a participação de crianças e adolescentes no Festival Folclórico de Parintins. Em seu artigo 1º proíbe o ingresso de crianças menores de cinco anos de idade na área destinada às galerias, arquibancadas, cadeiras e camarotes, ainda que acompanhados dos pais ou responsáveis.

⁴ Maior templo da Igreja Católica no município.

A rede tem uma dificuldade muito grande no período do festival folclórico e do carnavalha: a proteção policial. A gente nunca tem proteção policial, sempre é falha essa questão dessa intervenção juntamente com a rede [...] É o nosso trabalho, mas não recebemos nenhuma remuneração por atuar nesse período de festividades, que geralmente a gente atua à noite e de madrugada e aí a gente tem um risco de sofrer violência porque envolve bebida alcóolica, envolve usuários de drogas, envolve os próprios adolescentes ingerindo bebida alcóolica, [...] meninas que estão sendo exploradas sexualmente [...] (PESQUISA DE CAMPO, ENTREVISTADO I).

Durante as abordagens, houve várias situações nas quais a equipe precisou de auxílio policial, como a identificação de grupos de adolescentes ingerindo álcool que precisaram ser levados ao local de concentração da equipe e, inicialmente se mostraram resistentes a abordagem. Foi verificada também a presença de várias adolescentes, algumas com menos de quinze anos em locais de festas, desacompanhada dos pais e/ou responsáveis durante a madrugada que se recusaram a acompanhar a equipe até o posto de concentração e, que devido à falta de aparato policial, por medo de retaliações a equipe não conseguiu ter uma abordagem efetiva. Membros da própria equipe sofreram ameaças de donos de estabelecimentos que estavam explorando mão-de-obra infantil.

É importante ressaltar que, em nenhum momento algum membro da equipe foi “áspero” com qualquer pessoa que estivesse colocando em risco crianças e adolescentes. O trabalho consistia em abordagens orientadas pelo diálogo, na tentativa de convencer os pais, responsáveis ou mesmo os adolescentes dos perigos aos quais estavam sujeitos. Mesmo assim, foram frequentes expressões de deboches, de pouco caso em relação ao trabalho desenvolvido pelos membros da rede de proteção.

Ainda retratando os problemas e desafios enfrentados pela rede durante o festival folclórico os entrevistados sinalizam que:

Outro problema que fragiliza a atuação da rede é a própria compreensão da sociedade acerca dos direitos da criança e do adolescente, existe uma forma de naturalizar algumas violações, tais como o envolvimento de homens com adolescentes, questões de julgamentos de cunho moral, tipo: é ela que quer [...] (PESQUISA DE CAMPO, ENTREVISTADO I).

Os desafios são bem maiores no sentido dessa sensibilização por parte da população, que muitas das vezes não compreende que a gente está ali realizando um trabalho com o intuito de garantir o direito daquela criança daquele adolescente. A gente acaba encontrando dificuldades na hora de das orientações [...] Muitas das vezes os pais acham que a gente tenta prejudicar o trabalho deles e o objetivo é totalmente diferente: é garantir que o direito daquela criança seja resguardado (PESQUISA DE CAMPO, ENTREVISTADO II).

Fernandez (2012), discutindo sobre as políticas de enfrentamento à violência sexual no Amazonas, sinaliza que um dos grandes desafios é o entendimento da situação de violência pela sociedade, ou seja, seu reconhecimento público, isso requer o envolvimento do poder público e da sociedade como um todo. Assim, a autora sinaliza a importância da sensibilização em relação ao problema, tendo em vista a busca por mudanças de mentalidade e de atitudes em relação ao problema. Essa necessidade em relação à

compreensão dos direitos do público infantojuvenil se mostra necessária no contexto parintinense, onde algumas formas de violação dos direitos desse público são vistos como naturais – trabalho infantil, gravidez na adolescência, envolvimento sexual de adolescentes com pessoas maiores de idade e etc – alguns até são utilizados como mecanismo pedagógico, como o trabalho infantil que em muitos casos é visto como um processo para a criança construir um caráter admirável e adquirir responsabilidades.

Outros desafios sinalizados pelos sujeitos da pesquisa referem-se à dificuldade de articulação entre outras políticas sociais e setores do judiciário e segurança pública. Também foi elencado como grande desafio a dificuldade de compreensão por parte da sociedade em relação ao trabalho realizado pelos atores da rede de proteção.

Sozinha essa rede não trabalha. Quando a gente fala em proteção social é o conjunto de políticas públicas. A educação tem seu papel, a saúde, a Assistência Social, a segurança, a sociedade. Cada um tem a sua responsabilidade frente a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes (PESQUISA DE CAMPO, ENTREVISTADO I).

Então as dificuldades e desafios são muitos nessa questão da sensibilização da população em relação ao trabalho da rede. O nosso desafio também é fazer com que o próprio adolescente entenda a importância da rede. [...] [...]. Outro desafio vem nesse sentido das outras instituições terem esse entendimento de que a rede de proteção ela não se resume apenas a SEMASTH, ao CMDCA e ao Conselho Tutelar. É uma crítica que eu faço [...] E aí cadê a saúde, cadê a educação. Cadê o Ministério Público, o próprio juizado da infância, polícia militar, que às vezes só faz expedir uma portaria e aí quem vai pra lá pra ser questionado somos nós. [...] (PESQUISA DE CAMPO, ENTREVISTADO II).

Entre os desafios sinalizados pelos sujeitos da pesquisa está a compreensão que a sociedade tem em relação ao trabalho realizado pela rede, pois muitos pais ou responsáveis, ou pessoas que se beneficiam do trabalho infantil não vêm com bons olhos esse trabalho, principalmente o realizado pelo Conselho Tutelar. Outro desafio refere-se à falta de participação ativa de algumas políticas sociais e setores da sociedade, ficando as ações da rede centralizadas ao Conselho Tutelar, CMDCA e a Secretaria Municipal de Assistência Social.

É importante frisar que o trabalho realizado pela rede de proteção segue uma proposta interdisciplinar, ou seja, visa o diálogo com diferentes áreas do saber, setores da sociedade, políticas públicas e etc., está embasado no Sistema de Garantia de Direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (EVA FALEIROS E VICENTE FALEIROS, 2007). Se não se tem a participação efetiva dessas instituições e sujeitos, o trabalho que deveria ter cunho interdisciplinar fica limitado.

Em relação aos resultados conseguidos a partir do trabalho realizado pela rede de proteção em Parintins, os entrevistados sinalizaram o reconhecimento por parte de alguns sujeitos do município, a diminuição do envolvimento de adolescentes com o uso de álcool e outras drogas, diminuição da violência sexual, pelo menos durante as festividades. Também

foi ressaltada a participação da sociedade denunciando casos de violação de direitos do público infantojuvenil.

Mesmo já visualizando alguns resultados positivos, a rede de proteção à criança e ao adolescente em Parintins convive com desafios que possuem características amazônicas, como a prostituição de adolescentes em embarcações. Parintins é uma ilha, no período do festival folclórico muitas embarcações ocupam toda a orla do município, tal realidade dificulta o trabalho da rede de proteção, que não possui pessoal suficiente para dar conta de todas as situações de colocam em risco crianças e adolescentes.

O fato de Parintins ser cercada por água também facilita a entrada de substâncias entorpecentes que tem cada vez mais tem captado adolescentes, especialmente os do sexo masculino, para atuarem na comercialização dessas substâncias. Essa problemática também tem contribuído para o envolvimento de adolescentes em práticas de roubo e furto, especialmente em períodos festivos.

Essa realidade chama a atenção para a necessidade de articulação entre os diferentes setores que atuam na promoção, defesa e controle dos direitos do público infantojuvenil, exigindo uma atuação horizontal que articule efetivamente as políticas de Saúde, Assistência Social, Educação, Setores do Judiciário e Segurança Pública.

IV. CONCLUSÃO

O trabalho interdisciplinar realizado pela rede de proteção à criança e ao adolescente durante as festividades do festival folclórico se mostra extremamente necessário, principalmente por se constituir numa ferramenta que visa à prevenção de violações de direitos desse público, como por exemplo, a exploração sexual e o tráfico de pessoas. Entretanto, esse trabalho convive com inúmeros desafios que vão desde a segurança dos próprios membros da rede às dificuldades de se ter resultados efetivos durante as abordagens.

Foi possível perceber que as ações que a rede desempenham durante o festival não têm alcançado resultados satisfatórios. Devido à falta de proteção policial, os membros da rede ficam limitados ao diálogo, visando convencer os pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes que estão em situações vulneráveis para que eles se conscientizem e protejam seus filhos dos riscos que são frequentes durante o festival. Muito ainda precisa ser feito para a efetiva proteção do público infantojuvenil durante o festival folclórico de Parintins, mas apesar das limitações e dificuldades, a rede de proteção tem avançado em suas ações.

V. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. **Coletânea de Leis**: CRESS 15ª Região/AM-RR, Manaus, 2008.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo, Cultrix, 1982.
- FALEIROS, E; FALEIROS, V. **Escola que Protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.
- FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. **Infância Violada: Políticas Públicas de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil no Amazonas**. Manaus: Edua, 2012.
- GALVÁN, Gabriela Bruno. **Equipes de Saúde: O desafio da integração disciplinar** Rev. SBPH v.10 n.2 Rio de Janeiro dez. 2007.
- MANGINI, F. N; MIOTO, R. C. T. **A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho**. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 207-215 jul./dez. 2009.
- MILLS, Wright. **O trabalho**. In: A nova classe média. III parte. Cap. 10. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- PEREIRA, A.P. **A Intersectorialidade das Políticas Sociais numa Perspectiva Dialética**. Disponível em: <http://matriz.sipia.gov.br/acervo-documental/artigos>. Acesso em 11/08/2015.
- SÉRGIO, Antônio; GUARÁ, Isa Maria. **Redes de Proteção Social na Comunidade**. In: Isa Maria F. R. Guará (Org.). **Redes de Proteção Social**. 1. ed. - São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento).
- TORRES, Iraildes Caldas. **Reflexões sobre trabalho leve e pesado das mulheres na Amazônia**. In: TORRES, Iraildes Caldas (org). **O ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Valer, 2012.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.